

A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil

Celso Castro

A despeito do que às vezes parecem imaginar os iniciantes, os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito de não se sabe qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise, e os problemas que sua transmissão coloca, longe de terem apenas o alcance de exercícios de técnicos, tocam eles mesmos no mais íntimo da vida do passado, pois o que se encontra assim posto em jogo é nada menos do que a passagem da lembrança através das gerações.
(Marc Bloch, 2001: 83)

Nota: Celso Castro é pesquisador do CPDOC/FGV.

Estudos Históricos, Rio de Janeiro, nº 36, julho-dezembro de 2005, p. 33-42.

Crônica de uma “descoberta”

No início de 1987, a então chefe do Departamento de Informação e Documentação do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), instituto do CNPq localizado no antigo prédio do Observatório Nacional (ON), no Rio de Janeiro, procurou o CPDOC pedindo assessoria técnica para a organização do acervo sob sua guarda. O Mast não possuía, na época, pessoal qualificado para tal tarefa, e o acervo, composto pelos fundos documentais do ON e do CNPq, ainda estava todo por ser organizado. Fui indicado pelo CPDOC para prestar a assessoria, que previa um ano para a organização do acervo. Havia menos de um ano que eu tinha sido contratado como pesquisador do CPDOC, após ter passado quase três anos como estagiário. Além de atuar na organização de arquivos pessoais no Setor de Documentação, eu ingressara, poucos meses antes, no curso de mestrado em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Comecei a assessoria em junho de 1987, coordenando uma equipe formada pelo Mast com seis estagiários (estudantes de graduação em arquivologia) e uma bibliotecária sem experiência prévia na organização de arquivos textuais. Logo vi que a previsão inicial, feita a partir de estimativas apresentadas pelo próprio Mast, era irreal. O espaço físico destinado à guarda da documentação e ao trabalho da equipe era muito precário. Além disso, os fundos ainda não estavam totalmente recolhidos nem sua documentação estava avaliada, o que impedia o levantamento completo e a definição do arranjo da documentação. Mais importante, no entanto, foi o fato de que um exame preliminar da documentação revelou a existência de dois outros fundos documentais, até então desconhecidos pela instituição. O primeiro era pequeno e pertencia à Associação Brasileira de Astronomia, uma associação civil fundada em 1956 e que existiu até o final da década de 60, cuja documentação estava incorporada à documentação do ON e classificada sob o rótulo “Astronomia”.

A segunda “descoberta” foi mais sensacional. Os estagiários que faziam o trabalho de levantamento me informaram sobre a existência de documentos do CNPq que remontavam a 1933. O CNPq, no entanto, foi criado em 1951! Alguém disse que deveriam ser documentos de um “embrião” do CNPq. Ao examinar de perto a documentação, minha surpresa foi encontrar algo até então ignorado pelos que detinham a guarda do acervo: o fundo documental do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, sobre o qual nunca havia ouvido falar.

Uma rápida olhada no material – com documentos referentes a muitas expedições, incluindo personagens “fiscalizados” como Claude Lévi-Strauss e Curt Nimuendajú e membros do Conselho do porte de Heloísa Alberto Torres e

Berta Lutz –imediatamente revelava a importância do “achado”.¹ Propus então a organização prioritária do arquivo do Conselho, argumentando com a responsável pela documentação do Mast que se tratava de uma “mina de ouro”. Sugeriu também que o inventário final já fosse preparado com vistas à sua publicação.

A organização do arquivo do Conselho começou em agosto, com a equipe motivada pela tarefa que tínhamos pela frente.² Primeiro foi feita a limpeza e identificação sumária dos documentos. Em seguida foi elaborado um histórico do Conselho e das expedições a partir da leitura de sua legislação e dos livros de atas encontrados no arquivo. Felizmente foram localizados (e posteriormente transcritos) todos os livros de atas de reuniões do Conselho, completos, desde sua criação até o encerramento de suas atividades. A partir daí, foi definido o arranjo, feita a separação do material, sua descrição e codificação. Foram utilizados basicamente os procedimentos técnicos de organização de arquivos então desenvolvidos pelo CPDOC, porém adaptados à realidade do material. Ao final, foi preparado o inventário. Para facilitar a consulta, foram feitos vários índices. O trabalho foi concluído em janeiro de 1988.

Caso o arquivo não tivesse sido organizado e tornado público, provavelmente a existência do Conselho continuaria “desconhecida”. Até então, o único registro de sua atuação era uma menção *en passant* num depoimento de Luiz de Castro Faria (1984: 230), que atuou como fiscal do Conselho na expedição de Lévi-Strauss. *Depois* da publicação do inventário, cuja introdução foi escrita justamente por Castro Faria, é que começaram a surgir menções de outros antropólogos ao Conselho, sempre referidas a esse texto de Castro Faria. Temos aqui, portanto, o caso de um tema que praticamente só se tornou conhecido com a identificação e organização de um arquivo, que pôs fim àquilo que Araci Lisboa (2001) chamou de “amnésia historiográfica” sobre o Conselho. Não deixa de ser impressionante esse “desaparecimento” de um órgão público que concedeu licenças e fiscalizou expedições durante 35 anos!

A produção de um trabalho acadêmico denso e que tivesse o arquivo do Conselho como objeto central ocorreria somente dez anos após sua organização,³ com o livro de Luís Donisete Benzi Grupioni (1998), *Coleções e expedições vigiadas. Os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*.⁴ Apesar da excelência desse trabalho, é interessante observar que a documentação do Conselho nele aparece como um *dado*, algo que está lá, com suas virtualidades e lacunas. O autor não trata da história da documentação desde a extinção do órgão até sua chegada ao Mast, sua organização e abertura à consulta.⁵ Esse não era seu tema de seu interesse, mas a observação serve para que sejam feitas algumas reflexões sobre a história do arquivo.

A trajetória do arquivo, antes de se tornar “histórico”

Quando se iniciou a organização do arquivo, foi feito um contato com Luiz de Castro Faria, que visitou o Mast. Araci Lisboa, então estagiária, lembra que ele ficou muito contente ao saber que a documentação havia sido preservada: “Como ela veio parar aqui? Procurei por essa documentação em Brasília, mas ninguém tinha conhecimento dela” (Lisboa, 2001: s.p.).

Portanto, a primeira pergunta que podemos fazer em relação a esse arquivo – na verdade, a qualquer arquivo – é: por onde ele andou, antes de chegar à instituição que o guardou como um arquivo “histórico”? Pelo Decreto nº 22.698, de 11 de maio de 1933, o Ministério da Agricultura ficou encarregado de fiscalizar as expedições estrangeiras e brasileiras em território nacional (no caso destas, apenas as de iniciativa privada). Em 31 de outubro foi criado o Conselho, na Diretoria Geral de Pesquisas Científicas desse ministério (Decreto nº 22.311). A partir de 1936, o Conselho passou a ficar diretamente subordinado ao gabinete do ministro. Assim permaneceu até sua extinção. Pelo Decreto nº 62.203, de 31 de janeiro de 1968, as atribuições do Conselho passaram à competência do Conselho Nacional de Pesquisa (no que se refere ao controle dos pesquisadores estrangeiros) e da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (no que se refere à preservação do patrimônio). No dia 5 de março de 1968, o Conselho reuniu-se para sua sessão de encerramento. Fruto de um projeto nacionalista da Era Vargas, o Conselho não sobreviveu aos novos tempos.

A constituição de conjuntos documentais implica, necessariamente, processos seletivos: não se guarda “tudo”. Quando os pesquisadores abrem uma pasta ou caixa de um arquivo, aquele conjunto concreto e particular de itens é o produto final de um longo processo seletivo, que obedece a uma lógica específica.⁶ O que “resta” em um arquivo resulta diretamente de pessoas que definem, em diferentes momentos, certos materiais – e não outros – como coisas “que vale a pena guardar”. Isso obedece a uma lógica de acumulação, nem sempre consensual entre os responsáveis pelo arquivo: por que guardar isso e não aquilo? E mais: onde guardar? E em que ordem?

Não se pode ter certeza a respeito do que havia além da parcela de documentação de caráter histórico ou legal acumulada pelo Conselho que foi preservada. Cumpridas suas funções primárias – isto é, as razões pelas quais foram gerados – por que certos documentos, e não outros, foram considerados relevantes para integrar o arquivo? Os caminhos pelos quais os documentos vêm parar nos arquivos não são sistemáticos nem fixos. É tarefa do pesquisador refletir sobre os processos mais amplos pelos quais os arquivos são constituídos.

O Conselho nunca teve sede própria. Suas reuniões ocorriam inicialmente numa sala do Ministério da Agricultura e, mais tarde, no Jardim Botâni-

co. É importante perceber que os documentos arquivísticos não são guardados num espaço abstrato, e sim em locais específicos. Nesses locais, estão sujeitos a constrangimentos físicos de diversas ordens: características do local de arquivamento, espaço disponível, exposição a elementos climáticos ou ambientais, segurança etc. No caso dos documentos do Conselho, o fato de ter dividido espaço com outros órgãos públicos pode ter contribuído para que em diversos momentos houvesse mistura com outros fundos documentais ou perda de material.

Do mesmo modo, nada garante que, ao ser entregue à guarda do CNPq, todo o material do Conselho tenha sido levado para lá, mesmo que possamos supor que a maior parte de fato o tenha sido. Algo pode ter permanecido junto à documentação do Ministério da Agricultura, algo pode ter ido para o Patrimônio. Na segunda etapa de seu percurso, ao passar do CNPq para o Mast, alguma documentação originariamente do Conselho também pode ter sido deixada para trás ou se extraviado no caminho. Finalmente, como já chamei a atenção, o arquivo do Conselho estava “perdido” junto à documentação do CNPq que passou para a guarda do Mast como parte de seu arquivo “histórico”, e lá poderia ter permanecido por um bom tempo, se sua identificação como um fundo documental específico não fizesse com que fosse organizado prioritariamente, após ter sido classificado como uma “mina de ouro”.

A identificação do fundo foi facilitada pelo fato de que a maioria da documentação se referia ao período anterior à criação do CNPq, embora houvesse uma interseção de 17 anos no período de funcionamento dos dois órgãos (1951-1968). Foi mais difícil, no entanto, identificar todas as fotografias relativas ao fundo do Conselho. Como o tratamento técnico das fotos era diferente daquele dado aos documentos textuais, foi preciso referir as primeiras aos dossiês dos quais faziam parte originalmente. Caso esse procedimento não tivesse sido executado com cuidado, haveria sempre a possibilidade de algo ter sido deixado para trás e ficar sem uma identificação que remetesse ao arquivo do Conselho. Com relação aos documentos textuais, depois da finalização da organização do arquivo foram localizados outros documentos, sendo então elaborado um anexo que passou a constar da segunda edição do inventário.

Sobre a organização do arquivo

Chegado o arquivo ao local “final” de arquivamento, inicia-se um segundo processo decisivo na sua história. As opções adotadas pelos responsáveis por sua organização exercem um efeito importante sobre a forma pela qual ele é percebido, no futuro, por seus usuários. No caso do arquivo do Conselho, muitos dossiês, originalmente, estavam separados por pastas, no mobiliário para pastas

suspensas, classificadas por estado de destino da expedição. Uma análise da documentação, no entanto, nos convenceu de que não valia a pena manter este ordenamento anterior. Além de incompleto, ele não havia sido rigorosamente respeitado, já que muitas outras pastas apresentavam outros ordenamentos, que não podíamos recuperar. Não havia, neste caso, clareza total a respeito de qual organização os documentos haviam recebido quando o Conselho ainda existia. No caso da documentação sobre expedições e expedicionários, seus documentos ficaram reunidos em dossiês que incluíam, em alguns casos, outros processos de anos posteriores do mesmo expedicionário. Quero enfatizar, com essas observações, que a definição do arranjo da documentação foi de responsabilidade exclusiva da equipe que a organizou. Não havia um caminho “natural” a seguir, e outras opções poderiam ter sido feitas.

O arquivo do Conselho que foi identificado e organizado no Mast soma 10.576 documentos textuais, 257 visuais e 22 cartográficos. Esse material foi disposto em 57 dossiês de documentos referentes à estrutura e ao funcionamento do Conselho (regulamentos, livros de atas, relatórios etc.) e 451 dossiês sobre expedições ou pedidos de exportação de material.

Caso tivéssemos optado por organizar a documentação exclusivamente por tipo de documento (ofícios, telegramas, recortes de jornais etc.), isso teria levado à fragmentação do material, do ponto de vista de cada expedição particular, dificultando assim a reconstituição de seus documentos. Os procedimentos técnicos então adotados pelo CPDOC recomendavam a separação dos recortes de jornais do restante da documentação textual, e sua organização numa série cronológica. A principal justificativa baseia-se no fato de que falta ao jornal o caráter de documento único que geralmente caracteriza os documentos textuais. No caso do arquivo do Conselho, no entanto, a respeito de várias expedições há apenas recortes de jornais. Além disso, os recortes de jornais estavam “organicamente” inseridos na documentação que se acumulou sobre as expedições, sendo referidos e “dialogando” com outros documentos. Diante disso, optei por manter a documentação textual junto com os recortes de jornais. Prevaleceu a percepção de que muitas vezes estávamos diante de *dossiês* sobre as expedições, no sentido atribuído por Foucault ao analisar a documentação referente ao caso do parricida Rivière, de 1835:

(...) se tratava de um “dossiê”, isto é, um caso, um acontecimento em torno do qual e a propósito do qual vieram se cruzar discursos de origem, forma, organização e função diferentes. (...) Todos falam ou parecem falar da mesma coisa. (...) Mas todos eles, e em sua hete-

rogeneidade, não formam nem uma obra nem um texto, mas uma luta singular, um confronto, uma relação de poder, uma batalha de discursos e através de discursos. (Foucault, 1984: xi-xii)⁷

Abstraindo-se as especificidades da documentação a que Foucault se refere – que têm como fio condutor as relações entre psiquiatria e justiça penal –, creio que essa definição é válida para boa parte da documentação do Conselho – principalmente para os dossiês maiores. Desse modo, deliberadamente optou-se, na organização, por privilegiar as expedições como unidade documental principal.

É, portanto, do resultado final de seleções e decisões como essa, tomadas no momento em que os arquivos estão sendo organizados, que os pesquisadores, no futuro, retiram dados para seus trabalhos e tentam convencer o público de que “vale a pena conhecer” certos eventos, pessoas ou temas. Trata-se de uma via de mão dupla, já que o que é considerado como valioso para ser conhecido influencia outras decisões sobre o que vale a pena ser guardado.

A organização atribuída a qualquer arquivo também é condicionada por elementos mais gerais, como o estado da evolução tecnológica em relação à conservação e disponibilização dos documentos e ao uso que se imagina que possíveis usuários farão do acervo. No caso do arquivo do Conselho, imaginou-se principalmente um público de historiadores e cientistas sociais. O estado do conhecimento e aquilo que está em voga no campo das ciências também condicionam a atenção que se dá à documentação. Por exemplo, o advento de movimentos historiográficos, como as histórias qualificadas como “nova”, “das mentalidades”, “social” e “cultural”, levaram à valorização de tipos de documentos que ficavam até então relegados ao segundo plano.

Desnaturalizar o arquivo

Deve-se evitar, portanto, ter uma visão naturalizada a respeito dos documentos nos quais a vida de uma instituição se encontra “objetivada”. Naquilo que foi preservado há sempre a intervenção de circunstâncias variadas e de pessoas que fazem *seleções* e determinam o que é e o que não é relevante guardar. A preservação de documentos é marcada por uma determinada lógica seletiva, que nem sempre é consensual entre os responsáveis pelo acervo. Todo arquivo revela a intencionalidade de quem o produziu e, por outro lado, de quem o organizou e guardou, mesmo quando o arquivo parece ter sido simplesmente deixado “do jeito que estava”, sem qualquer cuidado.

Os responsáveis pelo arquivo têm um considerável poder sobre os documentos que guardam.

Como um princípio de método, é preciso que o pesquisador escape à sedutora “concretude” dos arquivos e esteja atento à relatividade da organização atribuída pelo arquivista aos documentos, que não pode ser dada como “natural”.

Notas

1. Entre outros antropólogos que foram “fiscalizados”, pode-se mencionar também Ruth Landes, Melville Herskovits, Clifford e Betty Evans, Charles Wagley, Donald Pierson e David Maybury-Lewis.

2. Sou muito grato a essa equipe pelo entusiasmo com que se dedicou ao trabalho e pelo muito que aprendemos juntos. Agradeço em particular a Maria Celina Soares de Mello e Silva e a Araci Gomes Lisboa, que se dispuseram, tantos anos depois, a ler e comentar uma primeira versão deste texto, lembrando essa experiência.

3. Refiro-me à área de antropologia, mas faço a ressalva de que podem ter sido produzidos trabalhos em outras áreas para as quais o arquivo do Conselho

também é importante, como, por exemplo, a botânica e a zoologia.

4. Para uma resenha do livro de Grupioni, ver Lisboa (2000-2001). Araci Lisboa é arquivista do Mast e participou, na condição de estagiária, da organização do arquivo do Conselho. Outro livro de antropologia que utilizou o arquivo como fonte foi Faria (2001).

5. Essa observação refere-se ao livro que resultou da tese; esta não foi consultada.

6. Essas reflexões são devedoras de Hill (1993).

7. Eu havia lido esse livro ainda durante o curso de graduação – antes, portanto, de ir ao Mast.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. 2001. *Apologia da história, ou O ofício de historiador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

FARIA, Luiz de Castro. 1984. “A antropologia no Brasil:

depoimento sem compromissos de um militante em recesso”. *Anuário Antropológico, Tempo Brasileiro/Universidade Federal do Ceará*, n. 82. p. 228-250.

- . 2001. *Um outro olhar: diário da expedição à Serra do Norte. Ouro sobre Azul.*
- FOUCAULT, Michel (coord.). 1984. *Eu, Pierre Rivière, que degolei minha mãe, minha irmã e meu irmão.* 3ª ed. Rio de Janeiro, Graal.
- GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. 1998. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil.* São Paulo, Hucitec/Anpocs.
- HILL, Michael R. 1993. *Archival strategies and techniques* (Qualitative research methods, v. 31). Sage.
- LISBOA, Araci Gomes. 1998. *O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: expedições sob suspeita.* Niterói, UFF, Departamento de História (Monografia de Graduação).
- . 2000-2001. “O Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil e o projeto nacionalista de Vargas”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 3, nov.-fev. Disponível em: www.scielo.com.br.
- . 2001. “A marcha para o Oeste: um novo projeto político?”. Niterói, UFF (Monografia de Pós-Graduação *Lato Sensu* em História do Brasil).
- MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. 2000. *Arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil: inventário sumário.* 2ª ed. Rio de Janeiro, Mast.

(Recebido para publicação em março e aprovado em agosto de 2005)

Resumo

O artigo relata a identificação e o processo de organização do arquivo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (1933-1968), sob a guarda do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast/CNPq). São feitas observações sobre o histórico desse acervo, bem como sobre algumas opções feitas durante sua organização. O objetivo é evitar uma visão naturalizada a respeito dos documentos nos quais a vida de uma instituição se encontra “objetivada”.

Palavras-chave: arquivos, expedições científicas, documento.

Abstract

The article describes the identification and organization of the records of the Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (1933-1968), kept under the guard of Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast/CNPq). Observations are made about the history of this archive, as well as about some decisions taken during its organization. The aim is to avoid a

naturalized view about the documents in which an institution's life is "objectified".

Key words: archives, scientific expeditions, records.

Résumé

L'article décrit l'identification et l'organisation des archives du Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (1933-1968), gardées par le Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast/CNPq). On y trouve des notes sur l'histoire de ces archives et sur des décisions qui ont été prises au moment de leur organisation. Le but est d'éviter une vision naturalisée des documents dans lesquels la vie d'une institution est "objectivée".

Mots-clés: archives, expéditions scientifiques, documents.